

Conflitos familiares ganham nova abordagem

Transformações da sociedade deram origem a uma nova família, bem diferente do modelo tradicional com pai, mãe e filhos, nascidos de um mesmo casamento. Os conflitos desses novos modelos familiares cada vez mais chegam ao Judiciário, exigindo habilidade dos magistrados para substituir a antiga cultura da sentença judicial pelo diálogo entre as partes e por soluções que garantam o bem-estar de todos os envolvidos. O *TJMG Informativo* apresenta a discussão de magistrados, advogados, psicólogos e outros especialistas das varas de família sobre o assunto.

Páginas 6 e 7

Valéria Queiroga

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JULHO - 2010
ANO 16 - NÚMERO 151



Mudanças na sociedade refletem no Direito de Família

As mudanças verificadas na estrutura das famílias na atualidade estão exigindo cada vez mais preparo dos magistrados e de todos aqueles que lidam com o Direito de Família. A lista de modelos de famílias e dos conflitos que chegam à Justiça todos os dias é extensa e não para de crescer: guarda compartilhada, união homoafetiva, adoção de crianças por casais homossexuais, alienação parental são só alguns exemplos da complexidade do tema.

Não resta dúvida de que para enfrentá-lo os profissionais da área precisam estar cada vez mais capacitados e antenados com a realidade. Conhecimento jurídico por si só não basta. É preciso ter também tato e habilidade para lidar com questões tão complexas. Para refletir sobre o assunto, o TJMG realizou no mês passado, a Primeira Semana das Famílias, evento organizado pelo Grupo de Mediação do Fórum Lafayette, com apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte, da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), e da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Fórum Lafayette.

Participaram dos debates magistrados, psicólogos, assistentes sociais, advogados e especialistas. Vale a pena conferir a reportagem sobre o assunto nas páginas 6 e 7 desta edição.

Outro tema abordado neste número traz uma boa notícia para os diretores-executivos, gerentes, coordenadores e diretores de Foros que precisam a todo

momento tomar decisões importantes em suas respectivas áreas de atuação: a descentralização do Sistema de Apoio à Gestão (SAG).

Atualmente essa ferramenta informatizada, que reúne os custos, receitas e a movimentação processual do TJMG e das comarcas do Estado, tem seu uso restrito à Secretaria-Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag).

A descentralização do SAG irá ocorrer ainda neste semestre e dará maior agilidade, transparência e economia às ações da Instituição. Entre outros ganhos, o SAG, que foi implantado em 2007, a partir de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, permite fazer o acompanhamento e controle de gastos de forma rápida, sem necessidade de solicitar relatórios a outras áreas.

Um balanço da gestão do desembargador Célio César Paduani na Corregedoria-Geral de Justiça, cujo mandato à frente daquele órgão encerrou-se no mês de junho passado, é apresentado na página 3. Como o leitor poderá conferir na reportagem, foram inúmeras as inovações introduzidas pelo desembargador Paduani ao longo dos seus dois anos de mandato. Atento às questões da atualidade e às reivindicações da sociedade, ele soube conjugar, dentro das funções atribuídas à Corregedoria, o aperfeiçoamento das atividades da Justiça de 1ª Instância, com a visão moderna e dinâmica com que marcou sua passagem pelo órgão.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Cláudio Costa;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano Rodrigues;

3º Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Alvim Soares;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; **Secretário do**

Presidente: Hélcio Zolini; **Assessora de Comunicação Institucional:** Valéria

Valle Viana; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Editores e**

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP n° 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP n° MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Melillo e Ione

Bernadete Dias; **Design Gráfico:**

Carlos Eduardo Miranda; **Fotolito e**

Impressão: CGB Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

TJ tem novos desembargadores

Agostinho Gomes de Azevedo (à esquerda) tomou posse, no dia 16 de junho, como desembargador do TJMG. Durante a solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Costa, ressaltou a carreira do magistrado, assegurando que as experiências adquiridas por ele ao longo dos anos contribuirão para o fortalecimento do Judiciário. No dia

24 de junho, mais um desembargador passou a integrar o TJMG. O presidente Cláudio Costa empossou o então procurador de Justiça Vítor Inácio Peixoto Parreiras Henriques (à direita). A solenidade, realizada no Gabinete da Presidência, contou com a participação de autoridades do TJMG e do Ministério Público e de familiares e amigos do novo desembargador.

Fotos: Rodrigo Villeça



Corregedoria-Geral de Justiça: missão cumprida

Renata Mendes



O desembargador Célio César Paduani encerrou no mês passado seu mandato no cargo de corregedor-geral de Justiça

Raul Machado e Vanderleia Rosa

Com os olhos voltados para a orientação, mas sem se descuidar das outras funções atribuídas à Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, o desembargador Célio César Paduani encerrou, no mês de junho, seu mandato como corregedor-geral de Justiça. Várias foram as iniciativas de sua gestão, que procurou também dar continuidade às ações anteriormente implementadas, priorizando o aperfeiçoamento das atividades da Justiça de 1ª Instância.

Foram mantidos os encontros da Corregedoria (Encor), criados para promover a interação entre o corregedor e os juízes diretores de Foro e discutir temas de interesse jurisdicional e administrativo. Destaque para o diferencial introduzido na gestão do corregedor Paduani - a regionalização desses encontros. Também tiveram a atenção merecida os encontros do Colégio Nacional de Corregedores Gerais de Justiça (Encoge), que consistiram na troca de experiências entre as Corregedorias dos diversos Estados, dentre elas, a apresentação do projeto inovador do Alvará de Soltura Eletrônico de Minas.

Com foco no aprimoramento da Justiça de 1ª Instância, a Corregedoria investiu na capacitação de servidores, contando sempre com a parceria da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do Tribunal de Justiça de Minas. Ainda nessa gestão, foi reeditado o compêndio das principais leis e atos administrativos referentes aos Serviços Notariais e de Registro e o Regulamento da Corregedoria.

Integração e aprimoramento

Ciente dos benefícios da integração entre instituições, foram inaugurados dois centros integrados na

comarca de Belo Horizonte: o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CIM).

Na comarca de Belo Horizonte, a mudança das varas da Fazenda Pública Municipal e Feitos Tributários do Estado para o prédio da Avenida Afonso Pena possibilitou uma ampla reestruturação física do Fórum Lafayette. Outro destaque foi a edição da Portaria nº 1.135, que redesenhou o organograma dos Serviços Auxiliares da Direção do Foro.

O corregedor-geral procurou dar continuidade às ações anteriormente implementadas, priorizando o aperfeiçoamento das atividades da Justiça de 1ª Instância

A Central de Perícias Médicas de Belo Horizonte também mudou de endereço e está funcionando na Avenida Francisco Sales, 1.446. A mudança possibilitou

melhor infraestrutura, necessária ao bom atendimento de funcionários e usuários dos serviços.

Na área da comunicação, houve a reestruturação do projeto Fale com a Direção do Foro, canal de comunicação voltado para o aprimoramento das atividades forenses. Outra inovação nessa área é o projeto de Sinalização do Prédio do Fórum Lafayette, desenvolvido a partir da necessidade de padronizar a sinalização e facilitar o acesso e o trânsito das pessoas dentro do Fórum de BH.

Outra ação importante foi a criação da Central de Apoio aos Magistrados (CAM), com competência para agir em casos de arrombamentos de fóruns e ameaças à integridade física de magistrados e de seus familiares.

Fiscalização

Dentro das funções atribuídas à Corregedoria, foram realizadas na gestão do desembargador Célio Paduani, além das correições ordinárias anuais em todas as 296 comarcas, três correições extraordinárias gerais, 88 correições extraordinárias parciais e 117 inspeções remotas, por meio de análise dos relatórios emitidos pelo Sistema de Informatização das Comarcas (Siscom).

As ações não pararam por aí. A Corregedoria apoiou, dentre outros, iniciativas e projetos envolvendo a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-MG), o projeto Pai Presente, que garante mais agilidade na realização de exames de DNA para pessoas carentes, a Conciliação e o cumprimento de metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com vistas a reduzir o cervo processual e dar a resposta que a sociedade espera.



Pai Presente comemora primeiro aniversário

Juiz Reinaldo Portanova: "Hoje os pedidos de DNA estão sendo atendidos em 15 dias" ■

Manuela Ribeiro

Desde abril de 2009, o projeto Pai Presente, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), fruto de parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem permitido a agilização de ações judiciais pela realização de exames de DNA.

A identificação através do material genético se revelou um importante instrumento auxiliar da Justiça. Em Minas, o exame, necessário nas ações investigatórias e negatórias de paternidade e maternidade, tem custo zero em causas nas quais as partes são beneficiárias da Assistência Judiciária Gratuita.

O projeto credenciou laboratórios no interior do Estado para coleta de amostra na própria comarca ou em comarca próxima, tornando desnecessária a ida das partes até Belo Horizonte, muitas vezes onerosa e difícil. Para o êxito da iniciativa, houve participação da Corregedoria de Justiça, que prestou esclarecimento aos juízes através de ofício-circular.

Graças a isso, atualmente, na Região Metropolitana, a coleta pode ser agendada por telefone durante a própria audiência, permitindo que os interessados saiam intimados do dia e da hora para comparecimento no laboratório da UFMG. No interior, isso ocorre mediante comunicação escrita enviada para a Coordenação do Convênio DNA no Fórum Lafayette.

Pais, mães e filhos reconhecidos

Feito de acordo com a conveniência do juiz e das partes, o agendamento evita um novo mandado de intimação. Segundo o juiz da 3ª Vara de Família de Belo Horizonte, Reinaldo Portanova, responsável pela Coordenação do DNA, a marcação do exame por telefone, na audiência preliminar de conciliação, "resulta em economia processual, porque dispensa formalidades que atrasam o deslinde da ação".

Para o juiz, a economia se reverte em "acesso à Justiça, agilidade e efetividade na prestação jurisdicional". "Hoje, os pedidos de DNA estão sendo atendi-

dos com entrega do laudo em 15 dias", conta Portanova. O magistrado explica que a gratuidade torna o processo ainda mais rápido. "Ninguém se recusa a fazer uma prova que gera certeza quase absoluta do parentesco e pela qual nada se paga", esclarece.

Os pedidos são atendidos por mais de 200 laboratórios, credenciados tanto na Capital quanto no interior, em 283 comarcas mineiras. Um balanço da atuação do Pai Presente confirma sua eficácia: de junho de 2009 a abril de 2010, 3,9 mil exames foram realizados. Destes, 2,1 mil tiveram coleta na Capital e 1,8 mil no interior do Estado, em laboratórios conveniados.

Portanova destaca que o direito a conhecer sua origem é garantido pela Constituição Federal, mas, para assegurá-lo, Minas saiu na frente. "A Lei 12.460/97 já estabelecia o modo de operar o pedido e o exame e ainda a previsão de pagamento pelo Estado", afirmou. O juiz também lembrou que a atuação das varas de família não se limita ao reconhecimento da paternidade e arbitramento de alimentos. Ela prossegue, por exemplo, com o acompanhamento dos casos pelos psicólogos e assistentes sociais em eventuais litígios quanto a visitas. "Essa intervenção constitui uma segurança para as partes e para os juízes, na medida em que valoriza e aprimora os laços parentais", finaliza o magistrado.



De junho de 2009 a abril de 2010, 3,9 mil exames de DNA foram realizados em todo o Estado"

Saúde: dever do Estado e direito de todos



Reuniões preparatórias têm sido realizadas no TJMG

Ione Bernadete

Articular esforços e parcerias para que a saúde ocupe o espaço que lhe foi destinado na Constituição Federal: dever do Estado e direito de todos. Esse é o objetivo do "Curso de Direito à Saúde – Fórum Permanente", que está sendo programado para o dia 9 de agosto, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O evento reúne profissionais envolvidos com o problema da saúde, possibilitando a viabilização e sustentabilidade do debate, concebido para se tornar fórum permanente. No primeiro momento, a discussão contempla as necessidades dos habitantes dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Granbel).

Os debates visam discutir as dificuldades encontradas pelo cidadão na área da saúde e as políticas públicas dos três entes federativos (União, Estado e Municípios) para enfrentamento do problema.

Representantes do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, da Defensoria Pública Estadual e Federal, da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, das secretarias municipal e estadual da Saúde, do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde (Cosem), do Tribunal de Contas de Minas Gerais e do Poder Judiciário mineiro vêm se reunindo periodicamente para elaborar o programa a ser desenvolvido.

A condução das atividades no TJMG está sob a responsabilidade da desembargadora da 1ª Câmara Cível Vanessa Verdolím Hudson Andrade e o curso será promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), que tem como superintendente o desembargador Herculano Rodrigues. Conta também com o apoio da 3ª Vice-Presidência, que tem à frente a desembargadora Márcia Milanez.

Os debates visam discutir as dificuldades encontradas pelo cidadão na área da saúde e as políticas públicas para enfrentamento do problema

TJMG incentiva exame médico periódico

Paloma Palacio

A Diretoria-Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), por meio da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat), lança a campanha: "Exame Periódico: porque o mais importante é a nossa saúde", com o objetivo de ampliar a abrangência do exame médico periódico entre magistrados e servidores da Capital.

O convite para a realização dos exames está sendo feito no mês do aniversário do servidor e do magistrado, inicialmente na 2ª Instância, por meio de mensagem no contracheque eletrônico. A avaliação

médica deve ser agendada com a Gersat, pelos telefones 3247-8761/8762/8795, e realizada em uma das unidades da Capital (Anexo I, Edifício Mirafiori, Fórum Lafayette e Raja Gabaglia).

Para agilizar os procedimentos, os exames laboratoriais a serem apresentados na consulta devem ser realizados previamente, tanto pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) como por plano de saúde próprio. Aqueles que tiverem exames recentes podem levá-los. A relação dos exames a serem feitos está

nos pedidos médicos com assinatura digital, em [link](#) do contracheque eletrônico.

Interior

No interior, o exame continuará sendo realizado pelo médico do Pólo Regional de Saúde, que visita as comarcas a cada dois anos e conscientiza as pessoas sobre a importância da promoção da saúde e da prevenção do adoecimento.

Segundo a gerente da Gersat, Jeane Possato, o exame periódico de

saúde tem o caráter de prevenção e diagnóstico precoce dos agravamentos da saúde relacionados ao trabalho: "Na avaliação, é feito o rastreamento de doenças gerais como hipertensão, diabetes, colesterol elevado, além de ser um momento importante para discutir e rever hábitos de vida como alimentação, atividade física, tabagismo, entre outros. Os resultados obtidos também servem como subsídio para o desenvolvimento de atividades de promoção de saúde e qualidade de vida na Instituição", justifica.

Judiciário para as fam



Rodrigo Vilaça

■ Carlos Vasconcelos: "No modelo familiar da atualidade os protagonistas assumem responsabilidades iguais"

Francis Rose e Rosana Maria

As antigas famílias, de modelo patriarcal, com hierarquia e papéis definidos, cada vez mais parecem estar restritas às novelas das seis. O mundo contemporâneo trouxe mudanças. A cada dia, chegam ao Judiciário novas demandas do Direito de Família. Guarda compartilhada, união homoafetiva, adoção de crianças por casais homossexuais e alienação parental (quando quem detém a guarda tenta levar a criança a

criar sentimentos de ansiedade em relação ao outro genitor, chegando até mesmo a romper os laços afetivos): a lista de conflitos que vai parar na Justiça – assim como os modelos de famílias da atualidade – é cada vez maior e mais diferenciada. O cenário exige dos magistrados, além do conhecimento jurídico, tato e habilidade para garantir o bem-estar de todos os envolvidos. Sai de cena a "cultura da sen-

tença judicial" em favor do diálogo e da construção coletiva de uma solução que, efetivamente, traga a pacificação ao seio familiar.

O advogado e professor Carlos Vasconcelos, autor do livro "Mediação de conflitos e práticas restaurativas", explica que no modelo familiar da atualidade os protagonistas assumem responsabilidades iguais. Nessa linha de pensamento, o promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Contagem, Leonardo Barreto Moreira Alves, autor de "A guarda compartilhada e a Lei nº 11.698/2008", artigo publicado na coletânea "Temas atuais de Direito de Família", confirma o surgimento, após a Constituição de 1988, dos modelos de família mais democráticos, plurais, abertos e adaptados à pós-modernidade. "A lei passou a reconhecer como família todo agrupamento em que se verifica a presença de vínculos afetivos sólidos, estáveis, independente da sua origem", explica.

Leonardo acredita que esse cenário favoreceu a procura pelo Judiciário, para resolver conflitos que, antes, não eram levados ao conhecimento da sociedade, seja por medo de preconceitos ou até mesmo porque não havia lei que pudesse solucioná-los. "Surgiu a garantia de que as demandas poderiam ser devidamente atendidas", afirma. O juiz Newton Teixeira de Carvalho, da 1ª Vara de Família de Belo Horizonte, entende que os litígios não são, necessariamente, novos, mas que têm sido vistos de outra maneira pelo Judiciário.

Diálogo

Para o magistrado, a Justiça abafava as questões e não se preocupava com o diálogo. Impunha decisões. "Quando há imposição, dificilmente vai haver cumprimento espontâneo. Hoje, as partes têm ciência de seus direitos. O quadro impõe uma nova postura dos juízes", conclui. O advogado Carlos Vasconcelos afirma que os traumas e as dificuldades decorrentes dos novos modelos familiares exigem uma nova competência comunicativa. Ele acredita que o Judiciário precisa se ajustar a essa nova abordagem, com um foco não apenas jurídico, mas multidisciplinar e pedagógico.

"A abordagem tradicional só alcança a ponta de um iceberg. É preciso que o Judiciário invista em um programa de comunicação construtiva. Alguns magistrados já têm se preparado para essa nova realidade. Em pouco tempo, essa aptidão nova será uma exigência", pontua Carlos Vasconcelos.

Famílias do Século XXI

Túlio Travaglia



"A lei passou a reconhecer como família todo agrupamento em que se verificar a presença de vínculos sólidos, estáveis, independente de sua origem"

Abordagem interdisciplinar

A psicóloga judicial e mediadora Letícia Greco Rodrigues, que atua na Central de Serviço Social e Psicologia do Fórum Lafayette, na Capital, defende a abordagem interdisciplinar dos conflitos, em que todos os envolvidos trabalham de forma conjunta por uma solução. "Temos que trabalhar para que a visão adversarial de uma questão de família seja substituída pela opção de dialogar", diz. A psicóloga afirma que o Judiciário ainda dá

seus primeiros passos para acompanhar tantas mudanças sociais. No entanto, ela lembra que só é possível se preparar para o enfrentamento do novo cenário à medida em que as discussões começam a chegar ao Judiciário.

O juiz Newton Teixeira de Carvalho destaca que quando os conflitos familiares chegam ao Judiciário é porque houve a falência total do diálogo. Esse fim da conversa pacífica e a certeza de que nem sempre a sentença judicial vai por um fim ao litígio entre as partes faz com que formas alternativas de solução de conflitos,

como a mediação e a conciliação, ganhem espaço e se tornem fundamentais.

O magistrado acredita que as intervenções multidisciplinares, no caso de processos que são encaminhados para a mediação e a conciliação, são de grande valor para a evolução do Direito de Família. Assim, profissionais da psicologia e do serviço social, por exemplo, dão sua contribuição para a solução dos conflitos. "O juiz não poderá se isolar e considerar a sentença como ato exclusivo. A sentença hoje é um ato coparticipativo, com cada um construindo a sua parte na sentença, de forma a dividir responsabilidades".

As mudanças na família da atualidade foram discutidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), de 8 a 10 de junho, durante a 1ª Semana das Famílias. O evento foi organizado pelo Grupo de Mediação do Fórum Lafayette, com apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte, da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Fórum Lafayette. Participaram do evento a 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Márcia Milanez, o então corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, e os desembargadores Alvim Soares, Teresa Cristina da Cunha Peixoto e Antônio Sérvulo dos Santos. A Semana das Famílias reuniu magistrados, promotores, psicólogos, assistentes sociais e especialistas.

Sistema viabiliza informações gerenciais

Paloma Palacio

A partir desse semestre, diretores-executivos, gerentes, coordenadores e diretores de Foros vão contar com uma importante ferramenta para a tomada de decisões em suas áreas de atuação: O Sistema de Apoio à Gestão (SAG).

O SAG é um sistema informatizado que apresenta os custos, receitas e a movimentação processual (a produtividade) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e das comarcas do Estado. O sistema reúne em um único ambiente informações gerenciais existentes nos diversos sistemas informatizados do Tribunal, tais como Recursos Humanos, Estagiários, Patrimônio, Pessoal Terceirizado, Energia Elétrica, Movimentação Processual.

Implantado no TJMG desde 2007, o SAG agora passa por uma reformulação, com a finalidade de, entre outras, descentralizar o acesso a suas informações. Atualmente, apenas a Secretaria-Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), por meio do Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo), faz uso do sistema.

Outro objetivo a ser alcançado com a evolução do SAG é o aumento do grau de detalhamento das informações existentes, permitindo assim que sejam exibidas as despesas até o nível de Vara/Juízo, nas comarcas, e até o nível de coordenação, na Segunda Instância.

Para o juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Santa Luzia e consultor para implantação do projeto SAG no TJMG, Jair Eduardo Santana, “será um importante passo rumo à implantação de uma política de gestão e compartilhamento de informações. O novo SAG inaugura uma nova era, onde os gestores e gerentes da 2ª Instância, e os diretores de fóruns, nas comarcas, terão a possibilidade inédita de consultar os dados relativos à sua própria unidade”, anuncia.

Aplicabilidade

Um exemplo prático da utilização do SAG é o acompanhamento e controle de gastos de forma rápida, sem necessidade de solicitar relatórios a outras áreas. Segundo o gerente do Ceinfo, Dilmo de Castro Silva, “cada área fica com suas informações isoladas. Sempre que um gestor ou administrador de fórum necessita de informações, por exemplo, sobre suas despesas (aluguéis, água, esgoto, energia, telefonia, serviços postais, locação com serviços terceirizados), solicita relatórios aos setores do Tribunal. Com o SAG, não haverá necessidade desses pedidos. Os gestores acessarão as informações disponíveis diretamente da *intranet*. Dessa forma, têm-se como benefícios re-

dução de custos, rapidez e autodisponibilidade das informações”, explica.

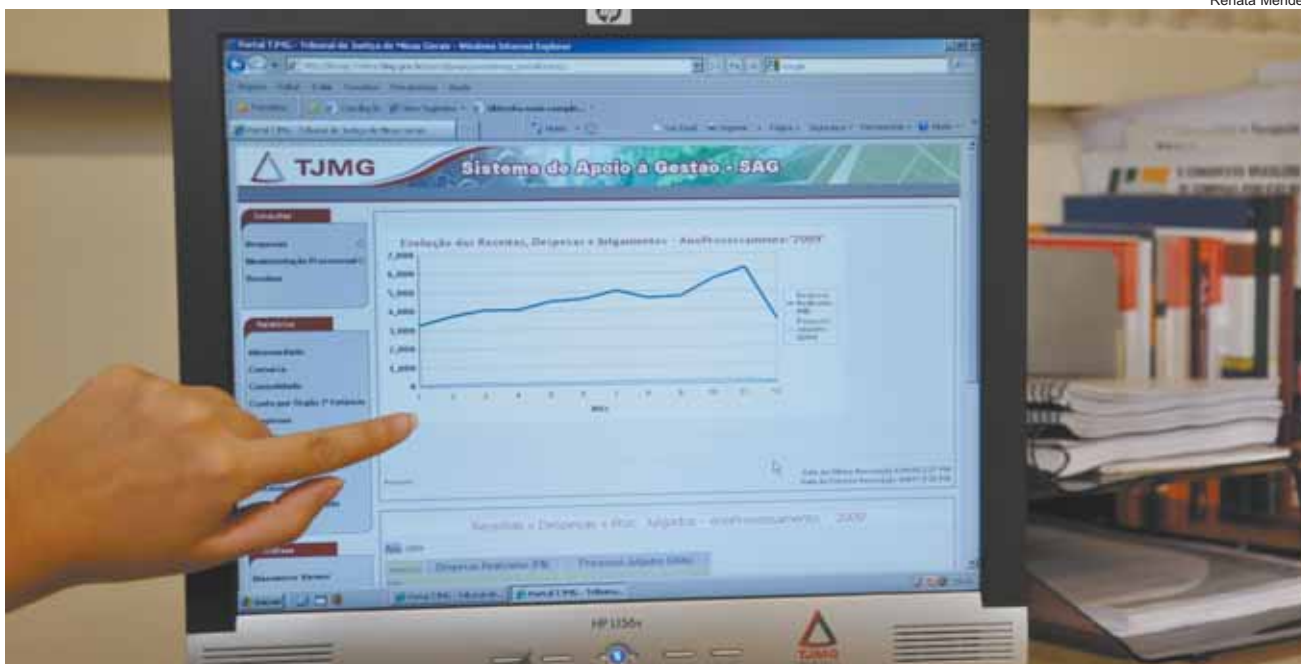
Atualmente o SAG se encontra em fase de testes. Seu uso será regulamentado por portaria. Mais informações sobre o SAG serão divulgadas na *intranet*, boletins gerenciais e *e-mails* institucionais.

SAG e Responsabilidade Fiscal

A implantação do SAG no tribunal atende a uma exigência da Lei nº 101/00, a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal, que prevê a manutenção de um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 50, § 3º).

O SAG é um dos temas do livro “Lei de Responsabilidade Fiscal – Ensaio em Comemoração aos 10 anos da Lei Complementar nº 101/00” (Rodrigo Pironti Aguirre de Castro – coordenador, Editora Fórum, 2010). Na obra, o juiz Jair Eduardo Santana é um dos autores e escreve o ensaio “Sistema de custos e avaliação de metas da Administração Pública: SAG – Um caso de sucesso na Administração Judiciária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”.

Renata Mendes



Para facilitar a visualização, os relatórios gerados pelo SAG serão pré-formatados com dados específicos da comarca ou setor

De bem com a carreira e com a vida



Renata Mendes

Alvim Soares dedica-se há 37 anos à magistratura

Vanderleia Rosa

Ele começou a trabalhar ainda menino no Departamento de Correios e Telégrafos, onde exerceu a função de estafeta (mensageiro), entregando correspondências e encomendas na Estação Ferroviária da cidade de Alto Jequitibá. De Mar de Espanha, sua terra natal, Antônio Marcos Alvim Soares lembra com saudade os anos em que lá viveu, os primeiros estudos e um tempo em que a professora ensinava, de uma só vez, alunos de diferentes séries, e em que os nomes das capitais do Brasil eram memorizados por meio de música. Mais tarde, já em Juiz de Fora, Alvim Soares formou-se em Direito, sempre conciliando estudo e trabalho. Atuou como advogado por alguns anos, mas o desejo de ser juiz sempre o acompanhou e, hoje, com 37 anos dedicados à magistratura e contando sempre com o apoio da família, especialmente da esposa e filhos, diz ter acertado na escolha. Das comarcas por onde passou – Açucena, Ipanema, Muriaé e Belo Horizonte – guarda só boas recordações. Nesta entrevista, o atual corregedor-geral de Justiça fala de sua nova função.

TJMG Informativo - A experiência como vice-corregedor repercutirá de forma positiva nesta nova função. Qual a sua avaliação do período em que exerceu esse cargo?

AS - Minha experiência como vice-corregedor consistiu em um período de amadurecimento. Desde que fui eleito para o cargo de vice-corregedor já convivia com a perspectiva de assumir o cargo de corregedor, como normalmente vem ocorrendo no Tribunal de Justiça de Minas. Por isso, procurei participar, sempre que possível, das decisões da Corregedoria e me inteirar de todas suas realizações.

TJMG Informativo - Que desafios foram detectados na Corregedoria e como serão enfrentados?

AS - Desafios sempre nos são apresentados, independente do cargo que ocupamos. Pretendo cumprir bem as atribuições definidas para a função, tomando, para isso, as medidas necessárias. Quanto aos magistrados, a Corregedoria não tem nenhuma pretensão de “ensinar” e, sim, colocar-se à disposição dos mesmos para ouvir suas reivindicações, dúvidas e necessidades. Espero ainda estreitar o relacionamento da Corregedoria com a sociedade e manter o convívio saudável com a Presidência do TJMG e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), sempre atenciosas para com os projetos da Corregedoria.

TJMG Informativo - Como vivenciou esse período de transição entre os dois cargos?

AS - De maneira tranquila. Recebi represen-

tantes de diversas áreas da Corregedoria que me apresentaram o contexto atual da instituição e as modificações inerentes à transição. Tive contato ainda com vários magistrados, além da equipe dos juizes auxiliares da Corregedoria, que apresentaram sua contribuição e seu comprometimento. Pretendo manter a tradição de respeito a todos que engrandeceram a Corregedoria nesses anos todos.

TJMG Informativo - A função orientadora da Corregedoria também será priorizada em sua gestão?

AS - Receberá a atenção merecida, sem prejuízo das outras funções. A Corregedoria estará aberta para orientar e apoiar magistrados em suas atividades. Não pretende prejudicar nem repreender, mas ouvir e dialogar com juizes e servidores, buscando, sempre, a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

TJMG Informativo - Quais as ações previstas para o próximo biênio, visando à maior aproximação de magistrados e servidores com a Corregedoria?

AS - Espero manter as ações adotadas pela Corregedoria de aproximação com magistrados e servidores, por meio de encontros. Quanto a novas iniciativas, entendo que dependerá de um planejamento, a ser elaborado com a participação dos diversos setores da Corregedoria, juizes auxiliares, magistrados e servidores interessados. Será aberto espaço para que sejam colhidas opiniões, ideias e sugestões, de forma a traçar e enriquecer o novo planejamento.

“ Pretendo manter a tradição de respeito a todos que engrandeceram a Corregedoria nesses anos todos.”

Assessoria de Comunicação recebe prêmio

Rosana Souza



Paciente do PAI-PJ (de camisa amarela) participa de atividade terapêutica

Letícia Lima

O projeto de comunicação criado para marcar a comemoração dos 10 anos do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) foi vencedor do 8º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Projeto Institucional, durante o 6º Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça (Conbrascom 2010). O projeto desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça e a Secretaria Especial da Presidência, resultou em uma campanha de comunicação voltada para diversos públicos: ex-pacientes do Pai-PJ, profissionais da área, membros do Poder Judiciário, jornalistas, dentre outros.

Segundo a coordenadora estadual do PAI-PJ, Fernanda Otoni de Barros, sem o trabalho de comunicação o Programa não teria solidez no TJ e arredores. “O Programa não caminha sozinho.

Sem o trabalho de comunicação o Programa não teria solidez no TJ e arredores”

É por meio da divulgação feita pela Assessoria de Comunicação que conseguimos transmitir os conceitos do Programa interna e externamente, atingindo a comunidade, via meios institucionais, como o programa de TV *Justiça em Questão*. A divulgação quebra paradigmas de periculosidade”, afirma.

O PAI-PJ realiza acompanhamento do portador de sofrimento mental que cometeu algum crime. Por meio do acompanhamento integral do paciente em todas as fases do processo criminal, propõe a garantia dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição, promove a responsabilização do indivíduo pela infração cometida e o resgate de seus laços sociais.

Objetivos

Os objetivos do projeto foram contribuir para a consolidação e ampliação do PAI-PJ; divulgar a metodologia, funcionamento, objetivos e resultados do Programa; impulsionar sua expansão para outras cidades e estados; e resgatar a memória e os resultados dos últimos 10 anos, ressaltando a eficácia do Programa na inclusão social dos pacientes judiciários, o que demonstra atender à iniciativa do prêmio. Lançado em 2003 pelo Fórum Nacional de

Comunicação e Justiça (FNCJ), o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das assessorias de Comunicação de órgãos da Justiça de todo o País, por meio do reconhecimento de práticas bem sucedidas relacionadas ao desenvolvimento da cidadania, à democratização das informações institucionais e à inclusão social.

Para a comemoração dos 10 anos do Pai-PJ foram produzidas as seguintes peças: vídeo institucional “PAI-PJ: A cidadania do louco infrator”; cartilha; folder; reformulação do *site*; evento de comemoração dos 10 anos; e publicação da monografia “Por uma política de atenção integral ao louco infrator – contribuições a partir da experiência do PAI-PJ do TJMG”, de autoria de Fernanda Otoni de Barros, premiada no Concurso Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania.

Outro trabalho

A campanha desenvolvida pela Ascom para divulgar o programa Atitude Legal também foi selecionada para concorrer ao VIII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, categoria Endomarketing. Ao final, a campanha foi classificada em terceiro lugar.

A premiação foi realizada no dia 4 de junho em Porto Velho, Rondônia.

Pedagogia do amor

para cuidar de crianças

Soraia Costa

Servidores do Tribunal de Justiça têm se envolvido cada vez mais com as ações sociais. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pela escrevente substituta da 3ª Câmara Criminal, Divina de Assis Miranda dos Santos, na Creche Educandário Meimei, que é mantida pela Fraternidade Espírita Obreiros da vida Eterna (Fecov).

É com entusiasmo que Divina fala de sua convivência com as crianças. Segundo ela, a dedicação a esse tipo de trabalho é sempre muito enriquecedor. E completa: "O pouco que temos é muito perto do que têm as pessoas carentes. Todos nós podemos dedicar parte do nosso tempo para ajudar essas pessoas a tomarem consciência do seu potencial e motivá-las para a vida".

Com o conhecimento da doutrina espírita, Divina confessa que percebeu a importância dos trabalhos de ajuda humanitária que, em sua opinião, não devem ser paternalistas. Segundo ela, o trabalho da creche é de valorização do ser

Valéria Queiroga



humano e é norteado pela pedagogia do amor.

As crianças frequentam a creche nos horários em que não estão na escola e, além dos cuidados básicos, a instituição oferece cursos para mães e pais, para que eles se capacitem e

possam oferecer um futuro melhor para seus filhos.

A creche atende atualmente 47 crianças de dois a 14 anos e conta com o trabalho de voluntários que promovem festas, bazares e eventos culturais para garantir a sua manuten-

ção. Divina e seus familiares fazem parte deste voluntariado e todos trabalham ativamente na produção dos eventos, além de doarem parte do seu tempo semanalmente para as crianças. "É realmente muito gratificante", conclui.

DICAS DE CULTURA

Livro

Uma leitura atenta do livro *O Processo*, de Kafka, permite que cada leitor retire a interpretação que mais se ajuste ao seu íntimo.

O autor transpõe para sua obra, claramente autobiográfica, o período conturbado de sua vida, entre 1914 e 1915, marcado pelo rompimento de sua relação com Felice Bauer, pelo contato com o hebraísmo oriental e pela solidão da escrita.



A figura atormentada do autor faz do seu processo um autoprocesso interior, um confronto aparente entre as normas de uma lei inspirada na religião e na sociedade e a angústia da transgressão a essa mesma ordem social e familiar. A vida exterior de Joseph K., personagem central, não muda com a detenção.

Desde as primeiras páginas do livro, entramos num universo enigmático. A narrativa assume as proporções de uma alucinação, um pesadelo. Aparentemente, a culpa de Joseph K. não é a causa do processo. A lei, os funcionários e o tribunal são inacessíveis porque fazem parte do seu íntimo.

Diante do tribunal, ele tenta se libertar com a lógica, que nunca é compreendida. A conclusão final é que, na luta contra o mundo exterior corrompido, o homem também se corrompe e assim deve morrer. E a morte de Joseph K. é a solução necessária para o fim do processo. É o gesto final de submissão à engrenagem.

Destaque entre as obras-primas da literatura do Século 20, *O Processo* permite uma infinidade de interpretações e vem fascinando várias gerações.

Ione Bernadete-Ascom/Unidade Goiás

Participe

O *TJMG Informativo* está mais interativo. Se você quiser participar das dicas culturais, envie texto e foto (se tiver) com sugestões de música, filme ou livro. As sugestões devem ser encaminhadas para o e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br. Todas elas serão recebidas e analisadas pela Assessoria de Comunicação Institucional e selecionadas para publicação.

Caçada Humana

é a atração do mês no Cineclube TJ

Lucas Loyola

Traição, intolerância, racismo, ódio e violência em suas variadas formas são os ingredientes de *Caçada Humana*, filme de Arthur Penn, estrelado por Marlon Brando, Robert Redford e Jane Fonda, que será exibido no Cineclube TJ, dia 29 de julho, às 19h.

Baseado no romance e na peça de Horton Frote, a película apresenta, como pano de fundo, uma sociedade americana suja e corrupta, retrata-

da pela vida de uma cidade interiorana do Texas. Bancos esfolam pequenos fazendeiros, assim como o homem mais rico da cidade, Val Rogers (E.G.Marshall), explora a mão de obra barata de imigrantes ilegais mexicanos.

A primeira cena exibe uma perseguição policial com cães de caça, a dois homens que correm num matagal. Já nos primeiros 15 minutos os personagens e os temas da história são apresentados.

O xerife Calder (Marlon Brando), que mora nos fundos da delegacia, com sua bela mulher (Angie Dickinson), é informado de que Bubber Reeves (Robert Redford) fugiu da prisão, juntamente com um bandido "barra pesada". Um morador da cidade ouve a conversa e se encarrega de espalhar a notícia. É o início da caçada humana.

As sessões do Cineclube TJ são realizadas no auditório do Anexo II do TJ, na rua Goiás, 253, 3º andar. A entrada é franca.

CLICK DO LEITOR

Fotografar a natureza e seus minúsculos seres encanta-me especialmente. A elegante lagarta foi clicada no quintal da casa de um amigo em Ouro Preto. Participei com essa foto do 19º Concurso Nacional de Fotografias de Natureza - promovido pela Sociedade Ornitológica Mineira - e tive a honra de vê-la nomeada entre as 100 melhores, que fizeram parte da Exposição Salão da Natureza, com curadoria de Yara Tupinambá. O Salão teve sua abertura no Palácio das Artes e logo após percorreu o país. Gostaria agora de dividir essa alegria com vocês.

Marta Leandro - Sepad

Marta Leandro

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.